

## **ATA DA LXXXVI REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**LOCAL:** Hotel Merco Plaza  
Av. Centenário, 3020 – Centro – Criciúma/SC

**DATA:** 27/03/03

**HORÁRIO:** 09:00 horas

### **PRESENTES**

Secretaria de Estado da Saúde:

Fernando Coruja Agustini, Carmem Emília Bonfá Zanotto, Rosina Moritz Silveira, Sonia Machado, Arion Bet Godoi, Maria Teresa Locks, Selma Loch, Raquel Ribeiro Bittencourt, Luis Antônio Silva.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Edson José Adriano (Blumenau), Manoel Américo de Barros Filho (Florianópolis), Eroni Coelho (Içara), Carla Roberta Ludka (Bela Vista do Toldo), Tânia Eberhardt (Joinville), Hélio Livino da Silva (Rio do Sul), Marli Agostini (Maravilha), Marlene M. Possan Foschiera (Chapecó), Teresinha Niehues (São Pedro de Alcântara), Silvano de Pariz (Quilombro), Cirio de Almeida (Caçador).

### **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

A LXXXVI Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 09h 40 min, sob a coordenação de Edson José Adriano, com a presença dos membros acima descritos.

### **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

- Ofício 022/03, da Secretaria Municipal de Saúde de Ponte Serrada, solicitando revisão da cota de AIHs a ser distribuída no Estado;
- Ofício da Secretaria Municipal de Saúde de Tubarão, solicitando transferência de teto financeiro para ecocardiograma infantil;
- Ofício 027/03, da Secretaria Municipal de Saúde de Itajaí, solicitando interferência junto ao Ministério da Saúde no que tange à remuneração dos procedimentos de terapia renal substitutiva;
- Ofício 022/2003, do Hospital São Camilo de Imbituba, apresentando exposição de motivos da situação do hospital na questão dos laudos represados e outras necessidades;
- Ofício 201/03, da Secretaria de Saúde de Laguna, solicitando revisão do teto financeiro destinado às ações de média complexidade;
- Ofício do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen de Itajaí, solicitando credenciamento da UTI Neo-natal e da Oncologia do mesmo;
- Ofício 031/2003, da Secretaria de Saúde de Itajaí, solicitando credenciamento da UTI Neo-natal e da Oncologia do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen;
- Ofício 203/2003, da Secretaria de Saúde de Laguna, solicitando manutenção da cota de 307 AIHs/mês;
- Ofício 054/2003, da Secretaria de Saúde de Jaraguá do Sul, solicitando credenciamento dos serviços de Ortopedia de Alta Complexidade do Hospital e Maternidade Jaraguá;
- Ofício 001/2003, da Secretaria de Saúde de São Bento do Sul, solicitando aprovação de pactuação interestadual de saúde com Curitiba, conforme parecer técnico do Ministério da Saúde;
- Ofício 012/2003, do Colegiado dos Secretários de Saúde da AMREC, solicitando AIHs para atendimentos cardíacos, bem como que as AIHs interestaduais não utilizadas possam ser distribuídas na região;
- Requerimento da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste, solicitando habilitação na condição de Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada.

### **APROVAÇÃO DA ATA**

Aprovada a Ata de 27/02/03.

#### **ITEM I – TRANSFERÊNCIA DE TETO TRS PLENAS/PORTARIA 1112/2002**

O Coordenador CIB/COSEMS, Edson Adriano, disse que foi acordada com a SES a realização de uma reunião com os municípios em Gestão Plena que possuem TRS para discussão do assunto, tendo a CIB concedido aprovação ad referendum à matéria.

A Secretária-Adjunta, Carmem Zanotto, esclareceu que até dezembro/2002, o Ministério da Saúde estava pagando conforme o apresentado pelas unidades de TRS, e que, como não estava sendo cumprida a portaria que previa a aprovação dos tetos dos municípios pela CIB, a partir da competência janeiro/2003, o recurso foi suspenso.

O Secretário Manoel Américo (Florianópolis) solicitou que na pactuação fosse avaliada a relação entre os prestadores públicos e privados, e que gostaria de receber essa informação para que pudesse opinar sobre o procedimento, como forma de assegurar a prioridade do prestador público na utilização do SUS em relação aos seus tetos.

O Coordenador CIB/COSEMS convidou o Secretário de Florianópolis para estar presente na reunião sobre o assunto no dia seguinte.

#### **ITEM II – CREDENCIAMENTO TRS CLÍNICA APAR VIDA - SÃO JOSÉ**

O Coordenador CIB/COSEMS propôs que o assunto fosse retirado da pauta para posterior discussão, haja vista que a clínica foi credenciada em dezembro/2002 à revelia de pactuação na CIB.

A Secretária-Adjunta disse que a clínica é da Associação dos Pacientes Renais Crônicos, tendo sido os serviços credenciados, inclusive, com publicação já feita em Diário Oficial. Segundo ela há a necessidade da juntada de dados sobre o funcionamento da mesma, e levantamento acerca da procedência dos equipamentos (compra ou cedência/doação), que ficou a cargo da Diretoria de Regulação, para posterior apreciação na CIB.

#### **ITEM III – INFORME AIHs REPRESADAS**

A Diretora de Regulação e Auditoria do Sistema de Saúde, Maria Teresa Locks, informou que foi feito um levantamento do número de AIHs a partir dos dados existentes na Diretoria de Regulação e Auditoria. Sugeriu ao COSEMS a indicação de três nomes para reativar a Comissão que não finalizou o trabalho sobre as AIHs.

A Secretária Marlene (Chapecó) disse que, se a rede básica funcionar, o índice de internação hospitalar diminui. Solicitou que a comissão fizesse uma análise da rede básica de saúde.

O Secretário Manoel Américo disse que Florianópolis começa a encarar seriamente a sua Plena do Sistema Municipal, pois é detentora de uma grande rede pública. Disse que a comissão deveria avaliar as internações nos hospitais públicos de Florianópolis e suas procedências, como forma de esclarecer o fenômeno das AIHs.

A Diretora de Assuntos Hospitalares, Rosina Moritz Silveira, informou que na Diretoria existe uma nova gerência, a de Desenvolvimento da Rede Hospitalar, que tem como enfoque a comissão de estudos.

O Coordenador CIB/COSEMS abriu para a composição da Comissão de Estudos das AIHs, ficando como representantes Canoinhas, Criciúma e Quilombo. A SES indicará os seus posteriormente.

#### **ITEM IV – INFORME RELATÓRIO AUDITORIAS/FEVEREIRO**

A Diretora Maria Teresa informou que, como havia sido acordado na reunião anterior, está sendo apresentado a cada mês o relatório dos processos de auditoria e seus encaminhamentos, tendo sido distribuído cópia do documento na mesa. Acrescentou que a grande maioria dos processos de auditoria gerados por denúncia ou por pedido do gestor, referem-se aos prestadores hospitalares.

A Secretária Marlene disse que o Estado deveria fazer um diagnóstico das suas auditorias, assim como os municípios de Gestão Plena o fazem.

Respondendo ao Secretário Hélio, a Diretora Maria Teresa disse que, como resultado, as denúncias ou são desclassificadas por falta de provas ou são encaminhadas para o Ministério Público para conclusão, e muitas vezes o hospital tem que devolver o recurso no caso das glosas. Informou que existe uma portaria do Ministério determinando que até a competência março/2003, todos os gestores municipais devem preencher o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, e que alguns ainda não o fizeram. Entregou relação dos municípios pendentes ao Coordenador da CIB/COSEMS, para que fosse dado os encaminhamentos, no sentido de comunicá-los.

## **ITEM V – INFORME PPI**

O Gerente de Programação da SES, Arion Bet Godoi, informou que estão sendo realizadas oficinas regionalizadas para a implantação da PPI no Estado, apresentando o cronograma das mesmas. Disse que na oficina é apresentada a metodologia utilizada pela comissão SES/COSEMS para a implantação da PPI, e que após a apresentação é feita a pactuação propriamente dita. Ressaltou a importância da participação de todos os municípios.

## **ITEM VI – INFORME CAMPANHA DE VACINAÇÃO DO IDOSO E COBERTURAS VACINAIS**

O Diretor de Vigilância Epidemiológica da SES, Luis Antônio Silva, informou que a Campanha de Vacinação do Idoso inicia dia 12 de abril, estendendo-se até o dia 30. Disse que Santa Catarina tem condições de estruturar um sistema de vigilância epidemiológica, e que a SES está se dispondo a discutir e replanejar com os Colegiados Regionais as ações de vigilância epidemiológica. Ressaltou que, com relação à cobertura vacinal, será feita uma avaliação para que se possa discutir e criar um instrumento e metodologia, de modo a facilitar o acompanhamento e o monitoramento das coberturas. Completou dizendo que a proposta maior a ser construída nos próximos quatro anos é no sentido de que a epidemiologia venha mostrar que é um instrumento fundamental de planejamento e programação de ação de saúde. A Secretária Teresinha Niehues (São Pedro de Alcântara) disse que quando uma criança é vacinada em outro município que não o de origem, a unidade deve comunicar através de ofício, evitando problemas no resultado da cobertura vacinal.

## **ASSUNTOS GERAIS**

**Farmácia Básica:** O Coordenador CIB/SES manifestou-se informando que a SES pagou a farmácia básica dos meses de novembro e dezembro de 2002 e janeiro e fevereiro de 2003, bem como o SIA/SUS e SIH/SUS.

A Secretária-Adjunta informou que, para os municípios que optaram em receber a farmácia básica em medicamentos, as cotas de janeiro e fevereiro já foram entregues, e que referente a março ainda não está preparada, pois a SES não recebeu dos fornecedores. Ressaltou que o município que opta por receber em medicamento fica em desvantagem, pois muitas vezes recebe um item e falta outro. Disse que quando o Estado faz a compra do medicamento para o município, há um custo maior. Salientou que, se for agregado o valor recebido do Estado com o do município, mais o valor do Ministério, é diferente do que se ter apenas os R\$ 0,50 centavos isolados na hora da compra.

Sugeriu uma reunião com representantes dos municípios que recebem a cota da farmácia básica em medicamentos para uma discussão sobre o tema, pois disse acreditar ser possível a disponibilização de recursos para todos ao mesmo tempo. Posto isso, a Mesa aprovou a formação de uma Câmara Técnica SES/Cosems para discutir a questão. Foram apontadas como representantes do Cosems as Secretárias de Saúde de São Pedro de Alcântara e Siderópolis. A SES indicará os seus posteriormente.

**Regulação:** O Coordenador CIB/SES disse que a SES tem a proposta de trabalhar um sistema de regulação no Estado, e que primeiramente será implantado o sistema de regulação intra-hospitalar. Ressaltou que a idéia é criar um modelo inicial de regulação central, e após avançar a discussão para as oito macrorregiões previstas no PDR. Disse que deverá funcionar como plantão permanente para facilitar a transferência do paciente quando necessária. mencionou que para isso acontecer é preciso incorporar o sistema de transporte, assim como os grandes hospitais, e que essa discussão deve ser resolvida com a participação dos Secretários Municipais de Saúde.

**Alta Complexidade Cardiologia:** Quanto ao credenciamento dos serviços de alta complexidade em cardiologia em Xanxerê, a Secretária-Adjunta disse que é consenso na Câmara Técnica que se dê encaminhamento à situação. No entanto, segundo ela, não adianta dizer que se vai buscar o recurso, credenciar Xanxerê e achar que a situação da cardiologia em Santa Catarina está resolvida, porque os serviços já credenciados não estão a contento, em relação ao que foi pactuado. Ela defendeu que os serviços têm que ser bem implantados, e com a garantia de que vão oferecer todo o pacote de procedimentos. Disse que a câmara técnica é unânime quanto à necessidade de implantação dos serviços, e que gostaria de tranquilizar os gestores e prestadores do Oeste sobre essa questão.

A pedido do Secretário Silvano (Quilombo), a Secretária-Adjunta informou que foi discutido e deliberado na reunião da Câmara Técnica SES/Cosems, realizada no dia anterior a esta sessão, que será feita auditoria em todos os serviços de cardiologia no Estado, tanto nos públicos quanto nos privados, e que será realizada por auditores da SES, do Ministério da

Saúde e das Regionais de Saúde, sendo que estes últimos farão o trabalho em regionais que não as suas. Relatou que a câmara técnica tem até sessenta dias para trazer à CIB todo o levantamento da auditoria, qual a demanda reprimida e, em especial para a Região Oeste, verificar onde está o recurso dos pacientes que fazem os procedimentos de cardiologia fora do Estado. Quanto à questão da cardiologia em Xanxerê, disse que, de acordo com o registro dos 267 pacientes que deveriam fazer os procedimentos, apenas 37 foram feitos em Santa Catarina. Mencionou que, provavelmente, os pacientes fizeram os procedimentos no Paraná ou no Rio Grande do Sul, e que, dessa forma, se os serviços forem implantados em Xanxerê, o recurso vem para Santa Catarina. A auditoria nos termos aqui descritos e o prazo de, no máximo, 60 dias para concluí-la foram aprovados pela CIB.

Ainda com referência aos serviços de cardiologia em Xanxerê, o Coordenador CIB/SES, Fernando Coruja Agustini, afirmou que foi criada uma situação de fato, e que não é esse o motivo que vai mobilizar a SES para o credenciamento dos serviços, mas sim a necessidade que o Oeste tem da sua implantação. Segundo ele, vai trabalhar-se para que Xanxerê seja credenciado, mas que antes disso é preciso que se tenha recurso.

O Secretário Hélio colocou que, como a referência continua sendo Florianópolis, enquanto não for resolvida a questão da descentralização, o acesso deve ser garantido na referência estadual. Defendeu que os serviços devem ser credenciados na sua totalidade, pois no caso de Rio do Sul, segundo ele, depois de um ano e meio credenciado, o serviço ainda não tem UTI coronariana.

A Secretária Marlene lembrou que qualquer equipamento instalado dentro de um hospital filantrópico deverá oferecer 60% dos serviços para o SUS, de acordo com recente Medida Provisória do Governo Federal. Caso isso não seja cumprido, segundo ela, a instituição deve perder a filantropia.

Nada mais havendo a tratar, eu, Marcelo Pinter Alves, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

**Florianópolis, 27 de março de 2003.**